

EDITAL

Delegação de competências no Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação – Candidaturas ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Braga, **Torna público** que, por despacho proferido em 05 de janeiro de 2026, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais), delegou no Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação a competência para representar o Município de Braga em todos os atos necessários à submissão, instrução, acompanhamento e execução das candidaturas apresentadas em nome dos beneficiários diretos, no âmbito do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

O referido despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, encontrando-se anexo ao presente edital.

Para constar, se mandou passar o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitados no sítio eletrónico do Município e publicados no Diário da República.

Braga, Paços do Município.

O Presidente da Câmara

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**Delegação de competências no Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação –
Candidaturas ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação**

Considerando que:

1. O Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores podem delegar ou subdelegar no dirigente da unidade orgânica materialmente competente as competências previstas no artigo 38.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação (RJAL);
2. Os titulares de cargos de direção exercem as competências que neles forem delegadas ou subdelegadas, nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual;
3. A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de gestão, cabendo aos titulares dos cargos de direção, a promoção da sua adoção, enquanto meios que propiciam a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada, em conformidade com o artigo 16.º, n.º 4 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
4. O ato de delegação de poderes encontra-se também regulado nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual;
5. O Município, ao abrigo do disposto nos artigos 60.º e 61.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e no 16.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, celebrou, com os Beneficiários Diretos, Acordos de Representação, passando a representar aqueles designadamente para instruir e apresentar junto do IHRU, IP. a candidatura, outorgar o contrato de financiamento, celebrar o contrato de empreitada, praticar todos os procedimentos e atos materiais e jurídicos necessários à candidatura, execução e conclusão do projeto, etc;
6. A Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação (DRUH), sob a direção do respetivo Chefe de Divisão, é a unidade orgânica que detém o conhecimento técnico e a especialização adequados para assegurar o acompanhamento e a representação nos procedimentos inerentes às candidaturas e à execução do referido Programa;
7. A agilização do procedimento de acompanhamento e representação junto das entidades gestoras do Programa (designadamente o IHRU, I.P.) é essencial para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e a concretização atempada dos investimentos financiados pelo PRR, visando a satisfação do interesse público e dos destinatários finais;



8. A minuta do acordo de representação, aprovada em reunião do Executivo Municipal de 2 de junho de 2025, previa já que fosse designado como responsável pelos atos necessários à sua boa execução, o Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação;
9. Com vista à agilização do procedimento de acompanhamento da candidatura ao abrigo do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (Aviso n.º 01/CO2i01/2021), no âmbito do Investimento RE-C02-i01 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), afigura-se indispensável a delegação da função de representação, designadamente para outorga de contratos, no Chefe da Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação, por forma a garantir a celeridade e a eficiência necessárias à concretização dos objetivos do referido Programa;

Assim:

No interesse municipal, nos termos do disposto no artigo 38.º n.º 1 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art. 35.º n.º 1 a) na sua atual redação, conjugado com o artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e com os artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo, **delego no Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação, a competência para representar o Município nos atos necessários à submissão, instrução, acompanhamento e execução das candidaturas efetuadas em nome dos beneficiários diretos, ao abrigo do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, produzindo o presente despacho efeitos à data da sua assinatura.**

Mais determino que se cumpra com o disposto no artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 2 do artigo 47.º, artigos 158.º e 159.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, dando ao presente despacho a devida publicidade.

A presente delegação considera ratificados todos os atos praticados no âmbito dos poderes ora delegados.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Dr. João Rodrigues

(assinatura digital na lateral esquerda do documento)

